

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos iniciar os trabalhos desta Sessão da Assembleia Municipal. Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, que apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Sr. António Garcia Pinto da Cunha Caetano.

Igualmente, o Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pela Sra. Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra.

Também a Sra. Deputada Dra. Vera Lúcia Mendes da Cunha não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pela Dra. Ana Rita Saraiva Rosa.

Igualmente, a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves, não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pela Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes.

Também o Sr. Deputado Sr. Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, não está presente e foi substituído pelo Secretário da Junta, Sr. Fernando Marques Fernandes.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Anulação da deliberação da Assembleia Municipal Extraordinária de 3 de dezembro de 2021 relativa à designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, de dois cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

III - Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, de dois cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 24º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, da proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências em matéria de ação social até 1 de janeiro de 2023.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao n.º 3, do artigo 17.º, do Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum, declaro aberta a Sessão.

Peço à Esmeralda para distribuir a documentação do Ponto VI, referente ao subsídio das Juntas de Freguesia, que esteve, hoje, em discussão na reunião da Câmara Municipal.

Passaríamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dez de setembro de dois mil e vinte e um e também da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de outubro de dois mil e vinte e um, que foi realizada depois do ato de instalação da Assembleia Municipal para o quadriénio de 2021/2025.

Pergunto se há alterações ao teor das atas. Não havendo alterações ao teor das atas passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dez de setembro de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade.

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de outubro de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passaríamos, agora, às inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

Solicito aos Grupos Municipais para cumprirem com os seus tempos de intervenção para não tornarmos esta reunião muito fastidiosa.”

De seguida, foi iniciado o Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Esta é a primeira Sessão da Assembleia Municipal depois das Eleições Legislativas e, se me permitissem, gostaria de dar duas ou três notas: A primeira nota que gostaria de fazer era um reconhecimento, em nome do Partido Socialista, a todos os que participaram nestas eleições, quer como Membros das Mesas, como Delegados, Juntas de Freguesia, todos aqueles que colaboraram neste ato eleitoral e que contribuíram para que as eleições decorressem em segurança e de forma cívica. Penso que as eleições decorreram da melhor forma.

Depois, gostaria também de salientar a forma cívica como todos os eleitores se comportaram neste ato eleitoral. Não houve nenhuma situação anormal e tudo correu de forma tranquila, como era desejado.

É claro que também não posso deixar de destacar a grande vitória do Partido Socialista. Acho que a população do Concelho e, de uma forma geral, do País, reconheceu, a ação do Governo, nestes últimos seis anos. Foram tempos muito difíceis porque atravessámos várias situações que nos foram prejudiciais e refiro-me concretamente ao caso dos incêndios e a esta pandemia que todos sofremos na pele.

Neste ato eleitoral foi feito o reconhecimento deste esforço. O povo Português manifestou a sua confiança e entendeu que o Partido Socialista seria aquele que melhores condições oferecia para o prosseguimento da evolução do País e da persecução daquilo que nós consideramos que seja o progresso do nosso País.

Com certeza que o Governo irá fazer todo o esforço no aproveitamento de toda a situação que tem à sua mercê para levar a bom porto este próximo mandato.

Queria felicitar o Prof. José Carlos Alexandrino pela sua eleição para Deputado da Assembleia da República. Eu penso que esta eleição não é um prémio por aquilo que ele tem feito, quer no Concelho de Oliveira do Hospital, quer em termos distritais como Presidente da CIM e noutras funções que exerceu. O Prof. José Carlos Alexandrino, e tenho a certeza que é, assim, entende esta eleição como um ato de responsabilidade e julgo que também todos nós, independentemente do partido que aqui representamos. Temos o máximo de confiança nele e temos muita esperança que ele desempenhe estas funções com o empenhamento que lhe é característico na defesa dos interesses do Concelho de Oliveira do Hospital e não só. Temos a questão da Saúde e o IC6,

que já vínhamos a reivindicar há muito tempo. Tenho a certeza que ele irá fazer todo o esforço e pôr todo o seu empenho para que na área da saúde as coisas melhorem e para que o IC6 seja na verdade uma realização. Estamos tranquilos e estamos todos com esperança de que estas situações se irão concretizar.

Não poderíamos ter melhor representante na Assembleia da República. O Prof. José Carlos Alexandrino é uma pessoa que todos nós conhecemos, é uma pessoa que nos dá toda a confiança e estamos esperançados que as suas ações vão trazer frutos para Oliveira do Hospital.

Temos pena e lamentamos que não tenha havido a eleição, ainda que de outras forças políticas, de outros Deputados que seriam também um contributo muito válido e seriam um auxílio e uma mais-valia para que juntos, na Assembleia da República, pudessem também fazer força para os interesses do nosso Concelho e para os Concelhos do alto Distrito.

Temos que manifestar, todos, a nossa confiança e dar os parabéns ao Prof. José Carlos Alexandrino pela sua eleição.

Deixava também a seguinte nota relativamente a estas eleições, e isto é muito sincero. Acreditem que é muito sincero, até em termos do Partido Socialista: Fazemos votos para que o CDS se consiga reerguer porque foi um partido que sempre deu, e desde o princípio, desde que há democracia, sempre foi um partido que tem a sua história na democracia portuguesa.

Portanto, fazemos votos para que se reerga porque será sempre um partido muito útil à democracia portuguesa e à democracia do Concelho e também nesta Assembleia Municipal.

Tive conhecimento, há pouco tempo, do falecimento do sogro da Dra. Sandra Fidalgo e queria deixar também os meus sentidos pêsames.

Uma última nota: Felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Executivo pela iniciativa, pelo reavivar e retomar da organização da Festa do Queijo. É um evento que todos nós temos saudades, que todos nós ansiávamos, porque nos permite um novo convívio. O Município vai fazer esta festa considerando todas as normas de segurança. Penso que também há um apelo à responsabilidade de todos os cidadãos que participem na feira porque cada um de nós tem a sua responsabilidade própria para que a feira decorra sem grandes problemas. Hoje, estamos um bocadinho mais à vontade, felizmente!

Temos a certeza que a Festa do Queijo vai ser um bom momento para o Concelho de Oliveira do Hospital, para os comerciantes, para os restaurantes e para a economia do Concelho porque é o retomar de uma atividade que nos

fazia falta e em boa hora este Executivo vai levar a bom porto a efetivação, este ano, da Festa do Queijo. Quero felicitar o Executivo por isso.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de ir aos tópicos que me trazem aqui, e como também já ouvimos na intervenção anterior, gostaria de saudar a eleição do Prof. José Carlos Alexandrino como deputado da nação. Independentemente das nossas diferenças políticas, acho que nos deve alegrar a todos esta sua eleição. Esperemos que seja de facto uma voz que se faça ouvir na defesa dos interesses e reivindicações legítimas do nosso Concelho e desta Região.

Uma palavra de solidariedade para com o povo Ucrâniano, neste momento difícil pelo qual está a atravessar e, também, para toda a comunidade Ucrâniana que vive em Portugal, um abraço de esperança.

Dito isto, o que me traz aqui, hoje, são alguns assuntos sobre três áreas distintas: Economia, cultura e saúde.

Começando pela economia, gostaríamos de saber qual é o ponto de situação do lançamento da primeira pedra de investimento no Polo da Cordinha e quantos empregos é que já lá foram criados? Pois, foi-nos prometido, em período de campanha, que seria uma das primeiras medidas deste Executivo e, como tal, gostaríamos de saber como é que está a decorrer este processo?

Sobre cultura: Sobre esta temática gostaríamos de saber como é que está o processo da Casa da Cultura? Esta demora na conclusão dos trabalhos é reconhecida por todos como algo que ultrapassa qualquer limite razoável. Também sabemos que muitas obras públicas derrapam, quer a nível de orçamentos, quer a nível de prazos, mas, esta obra, de facto, já extravasa a paciência de tudo e de todos. Certamente, se houver uma candidatura, esta obra entrará diretamente para o Livro do Guinness, tal é a demora desta obra. Arrisca-se mesmo a ganhar o prémio da Casa da Cultura do mundo que mais tempo demorou a ser reconstruída. Se antes os espetáculos culturais e os filmes chegavam cá com algum atraso, agora estamos, desde 2016, sem nada. É tempo a mais. Sr. Presidente, há que rever esta situação!

Finalmente, sobre a saúde: Sabemos que tem havido algumas reuniões com as entidades responsáveis e gostaríamos de saber qual é o ponto de situação sobre esta temática. Temos assistido a um crescente número de Freguesias que carecem de médico, o que é deveras preocupante, e que nos preocupa particularmente.

Já agora, também aproveito para perguntar como é que está o Projeto Revolucionário para a Saúde que iria trazer um médico de família para todos os Oliveirenses? Agora, com a Ministra da Saúde que foi cabeça de lista por Coimbra, um Deputado da Nação desta Assembleia e uma maioria absoluta, penso que já não vai haver mais desculpas para não passarmos das palavras à realidade no terreno.

Para terminar, Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para lançar mais uma proposta ou mais uma ideia: É a criação de um Conselho dos Municípios, ou outro nome que lhe queiram chamar, pois, o nome pouco interessa e é pouco relevante. Esta proposta não pretende vir a substituir o Conselho Municipal da Juventude, nem o Orçamento Participativo Jovem. Pretende, sim, ser um complemento, de modo a envolver também os mais velhos, isto é, as pessoas acima dos trinta e cinco anos que não têm oportunidade de participar no Orçamento Participativo Jovem ou no Conselho Municipal da Juventude. No nosso entender, estes, também devem ter uma oportunidade de participação cívica nas tomadas de decisões ou no lançamento de novas propostas, de uma maneira não partidária. Isto funcionaria para todos os cidadãos do Concelho que seriam convidados a participar num dia de debate sobre uma área ou um tema específico de interesse para o Concelho e, no nosso entender, o Executivo deveria abrir este espaço de participação na construção coletiva do nosso Concelho para que não sejam apenas chamados a participar, de quatro, em quatro anos, em eleições.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é a minha primeira intervenção neste mandato e, como tal, quero desde já cumprimentar cada um de vós, desejando, a todos, um trabalho profícuo, dentro dos valores da democracia, que nos possamos orgulhar.

Abordarei dois pontos distintos. O primeiro, prende-se com a habitação e, o segundo, com o ordenamento do trânsito.

Relativamente à habitação, e no seguimento do procedimento de contratação pública para a reabilitação das habitações existentes no Largo da Capela, nas Seixas, propriedade da Câmara Municipal, que viria a ser anulado por falta de apresentação de candidaturas, questiono o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre qual o destino a dar àqueles edifícios, uma vez que, estou certa, irá aproveitar os Fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e lançar um

novo concurso para a sua requalificação, sabendo que aquele é o espaço nobre das Seixas, a sua sala de visitas, e que esta intervenção é, há muito tempo, reivindicada.

Relativamente ao ordenamento do trânsito, preocupa-nos sobremaneira o cruzamento da rua da Bela Vista/Estrada Municipal 232-1/Estrada da rua Velha, junto ao campo de futebol do Clube Desportivo Vasco da Gama. É um sítio extremamente perigoso e que, por diversas vezes, foi palco de acidentes graves, o último na passada quarta-feira e do qual resultou um ferido que ainda se encontra em recuperação.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal, peço que possa tomar medidas que façam reduzir a velocidade do trânsito e que mobilizem a atenção de condutores e peões, podendo a solução passar pela instalação de semáforos, lombas no pavimento ou uma rotunda.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho dar nota de uma intervenção que vai ser realizada na aldeia da Gramaça, por força de um programa a que a Câmara Municipal se candidatou, chamado Condomínio da Aldeia da Gramaça, que foi aprovado pelo Fundo Ambiental. Vai ser feita uma limpeza ao redor dos cem metros da dita aldeia. A Gramaça era uma aldeia da na minha Freguesia que era uma preocupação constante. A Gramaça já ardeu bastantes vezes, e, desta vez, vai ter uma intervenção de fundo, no sentido de a proteger mais.

Queria agradecer ao Executivo Municipal o facto de terem elaborado um projeto que vai valorizar o nosso território, nomeadamente na Freguesia de Aldeia das Dez. Este projeto também tem a ver com o apoio às aldeias localizadas no território da floresta e também no âmbito da rede das Aldeias do Xisto.

Também quero agradecer e dar os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por tudo aquilo que conseguiu, não só aqui no Município, mas também pelo papel que agora irá certamente desempenhar, e lamentando que tenha sido o único que conseguiu ser eleito. Se tivéssemos elegido os outros dois candidatos do Concelho a nossa força seria valorizada. Julgo que vamos continuar a ter um apoio grande no sentido de termos a nossa voz transmitida a quem de direito.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer duas ou três notas: Agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal por ter recebido a Junta de Freguesia de Meruge. Creio que num périplo que está a fazer com todas as Juntas de Freguesia e que é uma prática que, na minha opinião, devia ser regular porque permite debater com frontalidade e com acuidade os problemas que se vivem nas aldeias e também encontrar em conjunto soluções que permitam dar resposta a esses problemas.

Creio que é intenção do Executivo continuar com esta prática e creio que é bem-vinda.

Dispensio expor, aqui, as questões que coloquei ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Chefe de Gabinete.

Quero manifestar o meu agrado pelo facto do Presidente José Carlos Alexandrino ter sido eleito. Na minha opinião, o Partido Socialista devia ao Presidente José Carlos Alexandrino esta promoção. Creio que ele fez muito pelo Partido Socialista neste Concelho e neste Distrito e acho que isto é absolutamente merecido, independentemente das nossas divergências e pontos de vista diferentes sobre muitas matérias, nomeadamente de âmbito nacional.

Depois, para terminar, dizer o seguinte: No âmbito do projeto Entre Pedras Nascem Rosas, vamos realizar em Meruge, no dia vinte de março, a Feira da Primavera.

Endereçámos um convite a todas as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia para que se possa realizar nesse dia um ato simbólico, a que nós chamámos criação do Canteiro da Amizade e da Esperança, no parque de São Bartolomeu, em Meruge, que também foi vítima dos incêndios de dois mil e dezassete.

Esta é uma iniciativa que reputamos de muito importante, exatamente pelo simbolismo, porque é evidente que a paisagem continua muito ferida dos incêndios de dois mil e dezassete. Há regenerações que só o tempo irá fazer, mas creio que nós devemos ter sempre presente e avivar a necessidade da nossa intervenção direta na regeneração e na preservação do ecossistema para que os incêndios não voltem com a violência com que têm visitado o nosso Concelho.

Renovo o convite aos meus colegas Presidentes de Junta. Creio que já houve duas ou três Juntas de Freguesia que comunicaram que iriam estar presentes.

Cada Junta de Freguesia levará uma árvore que plantará nesse canteiro com a respetiva designação. Penso que esta iniciativa se poderá reproduzir em todas as Freguesias.

Dizer ainda sobre a Feira da Primavera: Contamos com a colaboração do Município para o seguinte objetivo. Quero desafiar cada cidadão a adotar uma árvore e depois uma equipa irá acompanhar ao longo do tempo o percurso dessa árvore no território do Concelho.

São iniciativas simbólicas mas que reputamos de significativas e também de consciencialização para a necessidade de estarmos permanentemente atentos ao meio ambiente e à regeneração da nossa floresta.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem, fomos assolados pelos incêndios, em tempos não muito longínquos, até são muito recentes, e estão sempre presentes na nossa memória. Estes incêndios provocaram no nosso Concelho uma grande alteração da paisagem e fizeram-nos sofrer a todos. Ainda hoje, percorrendo todo o Concelho, vemos a influência que isso teve na mudança da paisagem.

Agora, o que é importante é o que vamos fazer a seguir. Qual é a paisagem que vamos ter? Como é que a queremos ter e o que é que vamos mudar e transformar?

Todos ouvimos falar em nomes: Ouvimos falar em AIGP, penso que todos saberão que são as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem; Ouvimos falar em PRGP, Programa de Recuperação e Gestão da Paisagem; Ouvimos falar em PTP, Programa de Transformação da Paisagem. Sabemos também o que é a DGT, Direção Geral do Território. Mas, a pergunta que nos assola é a seguinte: Isto vai acontecer? Qual é a paisagem que vamos ter? Que transformação vai acontecer? Qual a gestão que vai ser posta no terreno?

Sabemos também, e já ouvimos falar muito no PRR. Isso vai ser extremamente útil para o País e também vai ter influência na gestão da paisagem do nosso território.

De que modo é que esse PRR vai ser aplicado? De que modo é que esses fundos têm a ver com a nossa paisagem? Como é que vai ser a sua execução? Que modelo é que iremos ter? Como é que vai ser gerido? Que entidades vão ser envolvidas? Quais as associações vão ser envolvidas? Vamos ter os produtores e agricultores no terreno? Que espécies vão ser plantadas?

Quando ouvimos falar na paisagem é referido o eucalipto, o pinheiro, o sobreiro, o castanheiro. A paisagem não é só isto, é também o tipo de agricultura e pode ser uma envolvente destas árvores que referi, ou de outras e, por isso, deixava esta questão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal: Que nos elucidasse como é que o nosso Concelho vai ser transformado e como é que vai ser mudada a nossa paisagem?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por me referir ao que o João Abreu disse: De facto o PS devia isto ao José Carlos Alexandrino. Eu não me lembro de assistir a tantas Concelhias “exigirem” o nome de uma pessoa para integrar a lista de candidatos a deputados mas também não me lembro de tantos concelhos, de tantos autarcas, de tantos Presidentes de Câmara, a unirem-se e a exigirem ao PS que este homem integrasse a lista de candidatos a deputados.

Portanto, foi uma exigência interna e da sociedade civil, e o PS soube responder, e ainda bem!

Os pontos que me trazem aqui são dois e que também já referi anteriormente. O primeiro diz respeito aos Parques Infantis existentes no Concelho. Os Parques Infantis são estruturas que não só permitem às crianças divertirem-se num ambiente controlado e em condições de segurança como promovem a aquisição de capacidades no seu processo de crescimento contribuindo de uma forma bastante positiva para o seu desenvolvimento em múltiplos aspetos, a começar, desde logo, pelo aumento da destreza física e mental. Este tipo de espaços são parte integrante de processo de valorização do crescimento e bem-estar das crianças.

Na defesa deste tipo de espaços existentes no Concelho, questiono o Sr. Presidente da Câmara Municipal, em que fase se encontra o levantamento das necessidades de reparação e substituição de eventuais equipamentos deteriorados. Bem como, se foi pensada a instalação de equipamentos complementares para proporcionarem sombra às crianças e se as mesmas irão ser instaladas nos parques que necessitem, como é, por exemplo, o caso do parque existente no centro da cidade.

O segundo ponto, que também já trouxe aqui anteriormente, diz respeito ao aproveitamento dos muros do largo da antiga feira de Oliveira do Hospital, atrás da Central de Camionagem, para a promoção de uma galeria de arte urbana.

Neste momento, como vocês já devem ter reparado, começamos a ter nesses muros poluição visual degradante que tem de ser considerada como vandalismo.

Cidades como Amesterdão, Londres, Berlim, e, por cá, Loures, Lisboa, têm vindo a pensar como uma mais-valia cultural a promoção de arte urbana, que não pode, de forma alguma, ser confundida com rabiscos, criando, inclusive, circuitos turísticos onde as mesmas estão instaladas. A verdade é que a arte urbana, infelizmente, num País como o nosso, ainda tem de ser pensada e promovida através da intervenção direta dos Municípios.

O Município de Oliveira do Hospital, que vai estando à frente de outros em tantos aspetos, podia e devia, no meu entender, também neste aspeto tentar ser líder nesta região do interior fornecendo arte aos Oliveirenses e aos habitantes dos Concelhos vizinhos.

Por isso, Sr. Presidente da Câmara Municipal e Sra. Vereadora da Cultura, recomendo que tentem encontrar formas para aproveitar aquele espaço e também outros que existam no nosso Concelho com potencialidade para a promoção de galerias de arte urbana, seja convidando artistas, seja através de cursos subordinados a temas de interesse e que digam algo a Oliveira do Hospital, aos Oliveirenses, e à região em que estamos inseridos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Por razões que me entristecem particularmente, começo a minha intervenção enviando uma palavra de alento à Ucrânia, a todos os Ucrânios, e a toda a comunidade Luso-Ucraniana. Sou contra a quem quer usurpar e atentar contra a liberdade, os direitos humanos, e a autonomia dos povos.

A minha Freguesia de Nogueira do Cravo tem vindo, há alguns anos, a desenvolver-se com grandes obras estruturantes um pouco por todo o lado e continua em força, nomeadamente nas infraestruturas de acessibilidades e no saneamento básico: Na Quinta da Abrunheira, na Reta da Salinha, e na Quinta da Mata, em Nogueira do Cravo, está quase a terminar.

Ainda falta fazer as ligações dos esgotos em toda a Reta da Salinha mas julgo que estará para breve. Acho, até, que já está adjudicada essa obra.

Com tanto desenvolvimento e com tanta obra na Freguesia de Nogueira do Cravo, há um assunto a circular que particularmente me deixa muito preocupado, uma vez que é uma Freguesia com dois mil cento e sessenta e oito

habitantes e com uma população com alguma idade, e são essas pessoas que necessitam de apoio médico. Todos precisamos de apoio médico mas quem mais necessita são os mais desprotegidos.

Tivemos conhecimento pela população, no início de fevereiro, não nos foi transmitido oficialmente, que o médico que prestava serviço na Extensão de Saúde de Nogueira do Cravo teria saído. Já fizemos diligências, já contactámos com a Câmara Municipal, já contactámos com a ARS, falámos com alguns médicos, e sabemos que há médicos interessados em prestar serviço naquela Extensão de Saúde.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, gostaria de saber se há desenvolvimentos e se este problema se resolverá brevemente?”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava também de fazer referência às Eleições Legislativas e à eleição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para Deputado da Nação. É com orgulho que faço parte de uma Assembleia Municipal onde o Sr. Presidente é também Deputado e naturalmente que, depois de tomar posse lá em Lisboa, nós não iremos resistir em vir cá sempre lembrar a sua função de Deputado, bem sei que, aqui, está enquanto Presidente da Assembleia Municipal, mas também lembrar-lhe e trazer-lhe de viva voz alguns desafios que se vão cruzando aqui nas nossas populações e que acreditamos que o Senhor vai ser na realidade, como dizia, *“a voz de todos nós na Assembleia da República, uma voz inconformada, e que vê nesta eleição um espírito de missão, responsabilidade e compromisso com as gentes do interior”*.”

Acreditamos nisso, já o conhecemos há uns anos, e acredito que em Lisboa irá fazer-se ouvir, irá ser também a voz de todos aqueles que necessitam que o poder central possa fazer um pouco mais, principalmente tudo aquilo que o Senhor, enquanto Presidente da Câmara Municipal, também infelizmente por força das circunstâncias, não foi conseguindo fazer, e que desta vez, em parceria com a Câmara Municipal e enquanto Deputado e também Presidente da Assembleia Municipal, possa vir a ajudar a concretizar os desejos dos Oliveirenses e das populações do Alto Distrito.

Depois, deixar, aqui, um alerta para o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para nós todos, para a população em geral do nosso Concelho e da nossa Região, sobre algo que atravessa o nosso País, e que é a situação da seca. A seca extrema e severa que neste momento o nosso País está sujeito.

Quero perguntar-lhe se na realidade já tomou alguma medida ou algum sentido de urgência na sensibilização, por exemplo, da população para o controlo do consumo da água?

Depois, também temos a questão dos espaços verdes. Bem sabemos que, por vezes, há um ou outro aspersor que fica direcionado para o alcatrão e, ao mesmo tempo que ouvimos as notícias, as pessoas reparam nisso e, se calhar, é importante estarmos um pouco mais diligentes e atentos a essa circunstância.

Depois, também temos uma outra questão relacionada com a água e que é sobre as Praias Fluviais. Está a chegar a época banear e não há Praias Fluviais se não houver água de qualidade. É importante também, na medida do possível, ir controlando isso e sensibilizar também as entidades oficiais para essa questão.

Depois, há outra coisa que nos preocupa, se vai haver menos água, provavelmente o custo da água vai subir, e, isso, também é importante que seja tido em conta na medida do possível.

Depois, também a questão dos incêndios: Não há forma de apagar os incêndios, bem sabemos que o contrafogo também é uma forma de apagar incêndios, mas a água é muito importante para o abastecimento dos Bombeiros.

É fundamental que essas situações sejam precavidas e acredito que estejam sensíveis a essa temática. Por exemplo, deixava a sugestão para a rega dos espaços verdes com água proveniente das ETAR, já depois de tratada, e fazer essa distribuição através de uma cisterna e fazer uma rega mais pontual durante a semana em vez de ser todos os dias mas, isso, será para os técnicos.

Relativamente à questão da Ucrânia: Eu acho que nós, enquanto representantes da democracia, devemos na realidade manifestar aquilo que pensamos. Eu trouxe um Voto de Solidariedade, e se alguém se quiser juntar. Gostávamos que a Assembleia Municipal o enviasse à Embaixada da Ucrânia em Portugal.

Passava a ler: *“Voto de Solidariedade: Na sequência dos recentes acontecimentos na Ucrânia, vimos por este meio manifestar a nossa solidariedade com o povo deste país, que na realidade é quem mais sofre, e com todos os habitantes dessa nacionalidade que vivem no nosso Concelho e que ainda mantêm familiares no seu país de origem.*

Lamentamos que todas as iniciativas da Comunidade Internacional não tenham sido tomadas em conta pelo líder do país invasor e que na última semana tenha, com as suas tropas, irrompido pelas fronteiras da Ucrânia numa clara violação do Direito Internacional e num atropelo violento às liberdades do Povo Ucrâniano.

Pouco mais podendo fazer, resta-nos solidarizarmo-nos com o sofrimento destas pessoas que, de um dia para o outro, viram o seu quotidiano ser completamente transformado em virtude da decisão de um homem.

É nosso desejo que a normalidade seja reposta o mais breve possível para que esta situação não evolua para algo ainda maior e que, direta ou indiretamente, nos venha a afetar a todos enquanto habitantes do velho continente.”.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que estou de acordo com este Voto de Solidariedade mas, por princípio, por formação, sou contra a hipocrisia. Este é um voto hipócrita porque nenhuma guerra é boa e quando caem bombas em Bagdade, quando caem bombas na Índia, quando caem bombas no Kosovo, quando caem bombas na televisão da Jugoslávia, nós temos que ser igualmente solidários com esses povos que são vítimas da violência do poder, da violência do capitalismo, porque o que está em causa na invasão da Ucrânia, para além das razões que o povo russo possa ter, são razões de ordem capitalista.

Nenhum País do mundo pode cair na tentação de confundir o Putin com o comunismo. Não! Não!

O Putin é o representante do capitalismo que existe na Rússia. Não há mais, infelizmente, comunismo na Rússia porque eles destruíram a União Soviética.

Lembrar, aqui, que a União Soviética era exatamente a solução antagónica a esta solução de guerra. Discutiram-se e os povos que se chamavam União de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Os povos de livre vontade uniram-se sem guerras juntando aquilo que os unia, mantendo as suas tradições culturais. A cultura e a identidade dos povos foram sempre respeitadas pela União Soviética.

É evidente que o Sr. Putin é o representante do capitalismo e não o representante do comunismo como alguns querem fazer querer.

Eu votarei favoravelmente essa proposta com esta ressalva.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Na minha primeira intervenção quero desejar-vos um profícuo mandato, boas intervenções e um ótimo trabalho em prol de Oliveira do Hospital.

Relativamente à temática em concreto, esta, não é, de todo, quanto a mim, uma discussão entre o capitalismo e o comunismo. Esta, não é uma discussão entre a Rússia e a Ucrânia, entre a NATO e o antigo Pacto de Varsóvia. Se eu interpretei as palavras do Deputado Rui Abrantes, é, como dizia o Deputado Luís Nina, um voto pelas pessoas e, aquilo que nos traz, aqui, e, aquilo que tem de nos mover, a todos, é a solidariedade com o Povo Ucrâniano que está a ser esmagado, que está a ser atropelado, que está a morrer. É isso que nos traz, aqui, a todos. É este o voto que eu espero que seja enviado à Embaixada da Ucrânia. É o voto de solidariedade do Povo Oliveirense com as pessoas que estão a sofrer, independentemente da geografia, independentemente da cor da pele e orientação sexual.

O que nos traz, aqui, é de facto este movimento de solidariedade, progressista, humanista, e em defesa da humanidade.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“É evidente que este Voto de Solidariedade não se faz por ser a Rússia ou por ser outro país qualquer. Trata-se efetivamente de um apoio de solidariedade com o povo Ucrâniano.

A Ucrânia é um país soberano e o seu povo neste momento está a sofrer. Nós estamos a manifestar-lhes um Voto de Solidariedade e é isso que o Deputado Rui Abrantes apresentou.

Portanto, nós vamos votar favoravelmente e, se houver outras situações, noutra contexto qualquer, com certeza que, na defesa dos direitos humanos, votaremos sempre favoravelmente qualquer voto que seja de solidariedade para com os povos que sofrem.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminadas as intervenções vou colocar à votação o Voto de Solidariedade apresentado pelo Deputado Rui Abrantes.”

Efetuada a votação, o Voto de Solidariedade com o povo Ucrâniano foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Quero começar por também eu felicitar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela sua eleição para a casa da democracia, a casa da liberdade.

Registrar que, hoje, foi de facto unânime, creio que em todas as intervenções e todas as bancadas, o voto de felicitação. Tenho a certeza que será de facto uma voz do interior.

Felicitar a Autarquia pela coragem de estar ao lado e de adotar medidas ambientais e de defesa da nossa qualidade de vida. A sub-exploração dos recursos naturais e a poluição têm hoje graves consequências para os ecossistemas, para a saúde pública, para as gerações futuras. Todos nós, sem exceção, temos de facto um papel ativo na promoção do meio ambiente, seja de que forma for, mas a diferença pode e deve começar aqui, no poder local, nas nossas Autarquias. A adoção de práticas sustentáveis na nossa vida familiar, no mundo empresarial e nas autarquias requer, não só, uma transformação de processos, mas, em todas as ações quotidianas e, acima de tudo, na mentalidade nas empresas, nos cidadãos e na intervenção dos vários políticos. Investir, como nós temos feito, em práticas sustentáveis promove alterações na cultura organizacional, contribui para o aumento da consciencialização ambiental da população, do tecido empresarial e funciona como um fator de motivação dos cidadãos e fortifica com uma mentalidade de princípios de sustentabilidade.

Efetivamente, governar é fazer escolhas. Governar é tomar decisões difíceis, muitas vezes em prol das gerações vindouras. Governar é tomar estas decisões difíceis.

Aproveito também para dizer que, não só, relativamente ao ambiente, mas, relativamente à saúde, estou certo que este Executivo, da mesma forma que encontrou um Centro de Saúde sem gerador desde a sua construção, onde houve dezasseis mil utentes de Oliveira do Hospital sem médico de família, estou certo que este é verdadeiramente o plano revolucionário em curso, este tem sido o plano revolucionário na saúde que está em curso, que estamos a combater. A confiança dos Oliveirenses nas últimas eleições autárquicas mostra exatamente isto. Confiam em nós para que revolucionemos em Oliveira do Hospital a saúde, o ambiente e a qualidade de vida.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, antes de mais nada, e, também, como não podia deixar de ser, a primeira palavra vai para si: Felicitá-lo efetivamente pela sua eleição. Felicitá-lo pelo resultado que teve nas urnas. A sua eleição vai muito além daquilo que seja um rebuçado, ou uma prenda, ou uma retribuição que o PS lhe possa fazer. O Senhor ganhou o direito a estar na Assembleia da República, na casa da democracia, por mérito próprio nas urnas. Obviamente que integrou listas e teve que ser consensualizado para integrar essas mesmas listas mas quem o elegeu fomos nós. Dou-lhe os meus parabéns!

Devo dizer que não é fácil estar aqui a elogiá-lo, sobretudo depois do facto do Senhor ter sido profusamente elogiado pelos Deputados desta Assembleia Municipal.

Devo dizer, aliás, que os elogios foram tão grandes que eu acho que foi mais elogiado por aqueles que não são da sua bancada política do que por aqueles que são da sua bancada política. O que é bom! Quanto mais não seja, é um reconhecimento do seu valor e, se calhar, poucas vezes o reconheceram em devido tempo.

Também dizer o seguinte: Faz-me confusão a linguagem. Às vezes sou esquisito na linguagem e devo dizer-vos que já hoje ouvi, aqui, por duas ou três vezes, darem-lhe os parabéns por ter sido eleito para Deputado da Nação, e causa-me cócegas, e peço desculpa pela expressão mas, cheira-me a antigo regime, cheira-me a mofo, e recuso-me a dar-lhe os parabéns por isso, mas dou-lhe os parabéns por ter sido eleito para a casa da democracia, dou-lhe os parabéns por ter sido eleito para ser representante de todos os Portugueses e, de forma muito particular, de todos aqueles que habitam na Região Centro e, ainda mais particular, de todos aqueles que habitam em Oliveira do Hospital. Obrigado! Estamos certos que fará os possíveis e os impossíveis para honrar o mandato que lhe foi conferido.

Depois dizer o seguinte: Além da linguagem e das palavras, há outra coisa que me faz confusão: É a falta de memória!

Percebo perfeitamente que haja uma necessidade imperiosa e absoluta de algumas forças políticas se afirmarem, aqui, hoje, especificamente depois de terem sido consecutivamente derrotados em urnas, seja em eleições para as Autarquias Locais, seja em eleições para a Assembleia da República, etc. Compreendo que haja uma necessidade de se vir, aqui, fazer uma espécie de prova de vida. Compreendo perfeitamente mas não nos podemos deixar esquecer, não podemos deixar cair no esquecimento aquilo que todos nós temos que lembrar: Eu hoje ouvi, aqui, o Sr. Deputado Rafael Costa falar e perguntar a

Vossa Excelência, Sr. Presidente da Câmara Municipal, a propósito da instalação das empresas na Zona Industrial da Cordinha, do lançamento da primeira pedra.

Sr. Deputado Rafael Costa, digo-lhe diretamente a si, aliás, eu costumo fazer isso a todos: Estou no Concelho há vinte e dois anos. Já exerci mandato, enquanto Deputado Municipal, há cerca de vinte anos, e estou, agora, novamente e devo-lhe dizer o seguinte: A Zona Industrial da Cordinha é uma Zona Industrial que teve uma génese e não podemos esquecer a génese. A génese daquela Zona Industrial foi uma pessoa, um histórico do PSD no Concelho, o Sr. António Correia Dias. Já todos aqui o homenageámos, nomeadamente por altura do seu falecimento. Foi, aqui, lembrado e, foi, aqui, lembrado pelas boas razões, e esta, com certeza, também seria uma boa razão: É uma Zona Industrial que foi pensada por ele, que foi aprovada por Executivos do PSD, implementada por Executivos do PSD e, curiosamente não me recordo, em todo este tempo após a sua criação e em todo o tempo em que houve Executivos do PSD à frente do Município de Oliveira do Hospital, de ver empresas sediadas naquela Zona Industrial.

Percebo perfeitamente e todos nós queremos que aquela Zona Industrial, como todas as outras e como qualquer uma que possa vir a ser criada, seja, de facto, rentabilizada, seja, de facto, implementada. Agora, não podemos esquecer-nos daquilo que também temos responsabilidade.

Temos que criar condições? Sim! Mas temos que criar condições, hoje, como tínhamos que criar condições, há vinte anos, quando ela foi criada.

Hoje, há muito mais condições do que havia há vinte anos, esperemos, obviamente, que consigamos desenvolvê-la e que ela venha a ser uma Zona Industrial florescente.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero agradecer as palavras do Sr. Raúl Dinis, do Eng.º Rafael Costa, do Sr. Carlos Castanheira, do Sr. João Abreu, do Dr. Francisco Garcia, do Sr. Rui Abrantes, do Dr. João Ramalheite e do Dr. Rui Monteiro sobre a minha eleição como Deputado para a Assembleia da República. Vocês transmitem-me uma grande responsabilidade. Se eu já a tenho, com as vossas palavras mais a sinto.

Espero estar à altura das expectativas das pessoas que me elegeram e das pessoas que não me elegeram. Encaro este desafio com sentido de missão, com sentido de responsabilidade mas, sobretudo, de responsabilidade com um compromisso com o meu Concelho, com todos os Concelhos de baixa densidade, e defender um território mais equilibrado em termos de coesão a nível nacional porque esse é o interesse de Portugal.

Desde já, também não deixo de reafirmar, aqui, num órgão eminentemente político, que estes interesses que acabei de referir sobrepor-se-ão a qualquer lógica de interesse partidário.

Estarei disponível para todos os elementos desta Assembleia Municipal aqui presentes ou para qualquer força partidária para conversarmos durante este trajeto político para consensualização de posições dos interesses do nosso Concelho.

Sinto-me honrado por esta eleição e sinto, sobretudo, um sentido de responsabilidade com uma missão, na minha opinião, não muito fácil pela lógica que impera no País com umas áreas metropolitanas com grande peso nos aparelhos partidários e também no número de Deputados eleitos em relação a outros territórios. Enquanto os Deputados não forem eleitos por círculos uninominais, onde sejam conhecidos pelo povo que representam, este País e esta parte do interior não andarão para a frente.

Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por me solidarizar com a Moção que foi aprovada em defesa da paz. A frase mais bonita que ouvi, aqui, a qual subscrevo na íntegra, e era capaz de a verter numa t-shirt e usá-la todos os dias na rua é esta: “Nenhuma guerra é boa”. E, esta, também não é boa e, por isso, subscrevo e solidarizo-me também contra esta guerra. Esta guerra não é boa para aquele povo, não é boa para a Europa e não é boa para Portugal, em particular, porque, ao contrário do que os comentadores dizem, Portugal não fica na periferia desta guerra. Portugal vai também sofrer os impactos negativos desta guerra no nosso bem-estar, na nossa qualidade de vida, na aquisição de bens e equipamentos, nos custos económicos e financeiros associados àquilo que a economia da guerra faz, aumentar os preços, e no impacto que depois tem nas nossas vidas, no nosso bem-estar e nos dispêndios crescentes que normalmente as economias de guerra originam. Por

isso, nenhuma guerra é boa e, esta, é claramente uma guerra prejudicial para aquelas pessoas, em particular, para aqueles povos e para a Europa e para o Mundo. Com certeza que, a partir das cinco da manhã daquele dia, o Mundo não ficou melhor, e é bom que a guerra acabe rapidamente e cada um volte ao estado de paz para que, em paz, cada um possa viver, desenvolver-se, prosperar, gerar felicidade.

Quero felicitar e saudar o meu Presidente. O meu Presidente da Assembleia Municipal mas também o meu Presidente da Câmara Municipal com quem trabalhei durante doze anos.

Desejo o melhor desempenho ao Prof. José Carlos Alexandrino no exercício das funções para que democraticamente foi eleito na Assembleia da República. Desejo-lhe o melhor desempenho com aquilo que ele sabe fazer bem, com inteligência, dedicação, empenho, capacidade e sensibilidade social. Dadas as suas características, que os Senhores sabem e eu sei que ele tem, com certeza, será uma voz diferente. Diferente no posicionamento na Assembleia da República, diferente na forma de encarar e fazer política, diferente na forma como está sempre solidário com o território de interior que o elegeu, com o seu círculo eleitoral e, com certeza, trabalhando para a prosperidade e para o desenvolvimento do seu País. Será uma voz que não se calará na defesa daquilo que é importante, daquilo que é solidário e daquilo que faz bem às pessoas e digo isto de forma sentida e até emocionada.

Prof. José Carlos Alexandrino, estaremos ao seu lado em todos os momentos porque sabemos que caminhamos todos no mesmo sentido do desenvolvimento e da prosperidade do nosso País. Oliveira do Hospital, a Beira Serra e o Distrito de Coimbra, também são Portugal, Portugal de primeira.

Sobre as questões colocadas, vou seguir a ordem cronológica porque é mais fácil para mim: No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Raul Dinis, que felicitou o Município pela realização da Feira do Queijo da Serra da Estrela, dizer o seguinte: A Feira do Queijo Serra da Estrela é uma opção do Município para promover Oliveira do Hospital, lançar Oliveira do Hospital e projetar Oliveira do Hospital a nível nacional. Como costumava dizer o Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, é uma forma inteligente de vendermos Oliveira do Hospital e eu subscrevo.

A Feira do Queijo Serra da Estrela começou por ser uma pequena feira que soube crescer e, hoje, é a maior Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital que promove, dinamiza e multiplica a economia local, gera valor acrescentado no alojamento turístico, nos produtores, é um importante

incentivo para a economia dos produtores e dos criadores, vendem-se queijos e os outros produtos locais de qualidade, vende-se turismo, vende-se a marca Oliveira do Hospital e vende-se a economia toda de Oliveira do Hospital, projeta-se Oliveira do Hospital, é a grande mostra e é a grande projeção de Oliveira do Hospital.

O sucesso da Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital deve-se à qualidade dos produtos que são vendidos, à participação dos produtores, ao esforço dos produtores top que são a coroa da feira e de todos os produtores de produtos locais de qualidade que lá têm assento.

A Feira é grande porque tem qualidade. A Feira tem visibilidade e todos querem cá vir porque é uma grande Feira e é uma Feira que tem uma grande parceria. Tem a parceria da ADI, da ANCOSE, da Confraria do Queijo Serra da Estrela, do Turismo do Centro de Portugal, da Rede das Aldeias de Montanha, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Há dias, também a Estrelacoop veio ter connosco, para ser parceira da grande Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital. Isso é bom para todos, é bom para um produto de excelência que existe em Portugal chamado Queijo Serra da Estrela, é bom para Oliveira do Hospital e é bom para a economia de Oliveira do Hospital.

A Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital para ser grande e ter sucesso dá muito trabalho e eu quero felicitar e tornar público o apreço a toda a equipa, os funcionários da Câmara Municipal, os Coordenadores dos funcionários da Câmara Municipal, à equipa política da Câmara Municipal, ao Senhores Vereadores da Câmara Municipal e à Sra. Coordenadora da Comissão Organizadora, a Prof.^a Graça Silva, pelo trabalho de organização de um programa para que nenhum pormenor falhe, sabendo-se, de antemão, que algo sempre acaba por falhar mas, não é por falta de programação, de organização, de trabalho meticoloso, de reuniões a vários dias da semana, de tempo gasto a pensar para realizar bem, que a Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital não vai ser um sucesso. Também quero agradecer, porque é justo fazê-lo, e tudo o que se faz grande tem o apoio de muita gente. Quero agradecer aos patrocinadores e àqueles que têm apoiado a Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital para que esta Feira também seja um sucesso.

Deixo uma nota final sobre este ponto: No dia doze e treze de março, não se esqueçam, vai realizar-se a Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira

do Hospital. Estão todos convidados. Convidem os vossos amigos, convidem os vossos familiares.

Srs. Presidentes de Junta, convidem grupos. Tragam gente até Oliveira do Hospital porque é bom para Oliveira do Hospital, é bom para a economia, é bom para fazer crescer a nossa terra.

Todos ganham com a Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital. Quando a Feira era pequena e a fizemos crescer até aqui, demos um grande salto, um salto de qualidade mas também um grande salto em termos económicos e em termos de geração de riqueza em Oliveira do Hospital. Medido por empresa da especialidade, a Feira/Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital tem um impacto de dois milhões e meio de euros na economia de Oliveira do Hospital. É riqueza que vem para o Concelho e vem para o Concelho de fora para dentro e é distribuída pelo território e fica em Oliveira do Hospital e isso é bom para Oliveira do Hospital.

Sobre as questões levantadas pelo Sr. Deputado Rafael Costa, dizer o seguinte: O Polo Industrial da Cordinha tem aquele conjunto de lotes. Quando chegámos à Câmara Municipal os lotes estavam lá e havia alguns lotes atribuídos, com zero empresas instaladas.

Tenho a honra de ter pertencido ao Executivo que no seu período instalou duas empresas nesse Polo Industrial da Cordinha e também tenho a honra de pertencer a um Executivo que dá continuidade a um trabalho para instalação de novas empresas, uma delas na área da investigação e com área laboratorial ligada aos novos materiais a partir da reciclagem.

Agora vou falar uma linguagem para o Sr. Deputado Rafael Costa que ele entende muito bem: Essas empresas são candidatas àquilo que conhece como agendas mobilizadoras, e sabe ao que eu me refiro, e quem manda nas agendas mobilizadoras não é o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, nem é o Presidente da República. As agendas mobilizadoras foram lançadas no âmbito do PRR. As empresas candidataram-se e a Câmara Municipal, há dois anos a esta parte, acompanha essas empresas e naturalmente no tempo próprio, quando o projeto estiver aprovado, porque esperamos que seja aprovado, com certeza que o Sr. Deputado Rafael Costa, como os outros Deputados Municipais e os Srs. Presidentes de Junta, serão convidados para o lançamento dessa empresa, e assim é que está bem!

Sobre o ponto dedicado à saúde dizer o seguinte: Preocupa-nos a falta de médicos mas não temos estado quietos. Preocupa-nos porque há médicos que inevitavelmente vão para a aposentação e nenhum de nós pode impedir que um

médico vá para a aposentação. Há médicos que, por sua opção e projeto de vida, decidem desvincular-se da Função Pública, e, nós, não os podemos impedir. Isso, obviamente, tem impacto na organização dos serviços e na colocação de médicos nas Extensões de Saúde.

Qual é o papel da Autarquia? Imediatamente reunir com a ARS, reunir com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia seja, de Alvôco das Várzeas, de Nogueira do Cravo, seja, de onde for, e fazer o que tem de fazer: Ir a Coimbra e reunir com a Sra. Presidente do Conselho Diretivo da ARS, reunir com o Sr. Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte e também com a Sra. Coordenadora do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e vermos o que é que podemos fazer.

Nesta fase, aquilo que podemos fazer é, num regime transitório, garantir os cuidados de saúde primários às pessoas e trabalhar na colocação de médicos.

Trabalhar na colocação de médicos implica o seguinte: Foi lançado um concurso para sete médicos. Desse concurso, três vagas foram ocupadas, e falta ocupar quatro vagas. Mas também relembro que, há uns meses, foi lançado um concurso para a Zona de Lisboa e Vale do Tejo e mais de cinquenta por cento das vagas criadas para a Zona de Lisboa e Vale do Tejo não foram ocupadas, e, por isso, também não vale a pena entrarmos por um discurso miserabilista e dizer que os médicos não querem vir para o interior porque também numa zona urbana, como é Lisboa e Vale do Tejo, cinquenta por cento das vagas lançadas pela ARS de Lisboa e Vale do Tejo ficaram por ocupar. Com isto podemos dizer que há falta de médicos.

Neste aspeto dizer que aquilo que nos foi colocado, e isto tem sido um trabalho sucessivo de reuniões em Coimbra e aqui em Oliveira do Hospital, onde fomos visitados pelo Sr. Diretor dos Agrupamentos dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte e pela Sra. Dra. Margarida Santos, Coordenadora do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, a expectativa é que, em regime de mobilidade, rapidamente venha um médico para a Extensão de Saúde de Nogueira do Cravo.

Pedimos três médicos para Oliveira do Hospital. Um deles virá por mobilidade e pedimos mais dois para repor o médico que se aposentou e o outro médico que pediu a desvinculação do Serviço Nacional de Saúde.

Com isto queremos dizer que estamos atentos às populações, estamos em diálogo com os Srs. Presidentes de Junta e, naturalmente, estamos em diálogo, nesta fase construtiva mas reivindicativa e firme, com quem tem o poder de colocar médicos.

A transferência de competências na Área da Saúde para o Município é para manter edifícios e assegurar equipamentos que não sejam meios auxiliares de diagnóstico e colocar Auxiliares. A colocação de pessoal médico, a colocação de pessoal de enfermagem e a colocação de pessoal especializado não é competência da Câmara Municipal.

Resta-nos, de forma responsável e firme, como sempre o fizemos, dialogar com o Centro de Saúde, com o ACESPIN, com a ARS e com a Ministra da Saúde. Ainda não sei quem é a futura Ministra da Saúde e, pelos vistos, o Sr. Deputado Rafael Costa já sabe quem é a futura Ministra da Saúde mas, garanto-lhe que, quando souber quem é a próxima Ministra da Saúde, rapidamente pedirei uma audiência, no sentido de fazer valer as necessidades de Oliveira do Hospital, e tenho a certeza que até terei ajuda neste processo.

Agora, quando me fala em revoluções na Área da Saúde, vou-lhe relembrar: Sabe o que é que são revoluções? Revoluções, foi, antes de se falar em Unidades Móveis de Saúde, termos colocado uma, há dez anos, a fazer serviço em Oliveira do Hospital. Sim, foi revolucionário e foi aplaudido por todos! Foi, há um ano, termos conseguido uma Unidade Móvel de Saúde oferecida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para reforçar a capacidade de colocar a equipa de enfermagem no terreno.

Revolucionário, revolucionário, sabe o que é que foi? Foi, no tempo em que alguém fechou a Extensão de Saúde do Seixo da Beira, voltar a reabri-la com um novo médico que nós conseguimos.

Revolucionário, revolucionário, foi, depois da Extensão de Saúde do Ervedal da Beira ter estado fechada, foi voltar a reabrir a Extensão de Saúde do Ervedal da Beira com um novo médico que lá foi colocado.

Revolucionário, revolucionário, foi Lagares da Beira ter estado quase dois anos sem médico de família e termos conseguido reabrir essa Extensão de Saúde e colocar lá um médico. Sim! Isto é revolucionário, porque há aqueles que ainda pensam que o modelo tem que ser concentrado mas, nós, não! Nós defendemos um modelo de cuidados de saúde de proximidade às populações. Esse modelo de cuidados de saúde de proximidade às populações implica que as Extensões de Saúde estejam abertas com cuidados de saúde protagonizados por médicos e por enfermeiros e reforçados através de equipas de psicólogos e, por isso, é que estamos a trabalhar uma parceria entre o ACESPIN, o Centro de Saúde, a Unidade de Cuidados na Comunidade Pinheiros dos Abraços e o CLDS para aproximar cuidados reforçados à população.

É assim que podem contar com o nosso trabalho. Nada nos calará, nem nada nos parará! Soluções? Iremos à procura delas, seja onde for, e nunca cairemos em populismos nem em formas fáceis de resolver o problema. Havia uma médica que costumava dizer, quando era Diretora do Centro de Saúde, há uns anos, há muitos anos, quando lhe perguntavam porque é que não arranjava mais médicos, ela costumava dizer: “*Se os pudesse fazer com barro, eu fazia-os, mas não os posso fazer com barro!*”.

Portanto, temos que esperar que os médicos saiam das universidades preparados e no momento dos concursos sejam colocados.

O trabalho foi feito e, por isso, é que temos três médicos prometidos para Oliveira do Hospital. Tudo faremos para que sejam colocados, um, por mobilidade e, dois, por concurso.

Sobre os Conselhos de Municípios dizer que, por mim, tudo bem! Só quero relembrar o seguinte, sobre Conselhos: Nós temos o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Juventude, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta e Gestão Integrada de Fogos Rurais, o Conselho Local de Ação Social, a Comissão Alargada da CPCJ, temos que criar a Comissão Municipal da Saúde, no âmbito da Transferência de Competências na Área da Saúde. São estes Conselhos, todos.

Criar um Conselho de Municípios? Reflitam sobre isso. Há uma coisa que é certa, a proximidade aos cidadãos estará sempre presente e quando eles não vêm até nós, nós, vamos até eles. Por isso é que este Executivo tem como princípio fazer reuniões descentralizadas e vamos começa-las em breve. Vamos fazer reuniões descentralizadas pelas Freguesias e obviamente a comunidade fica convidada. É essa a nossa forma de estar na política para servir próximo das pessoas.

Sobre a questão levantada pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, Margarida Claro, relacionada com as habitações nas Seixas da Beira, dizer o seguinte: Sra. Presidente, fez muito bem em colocar a questão. Que boas notícias tenho para lhe dar!

Como sabe, foi lançado um procedimento pelo anterior Executivo para reabilitar duas habitações, que o Município comprou em dada altura, nas Seixas da Beira. Reabilitá-las para colocar no mercado a preços controlados ou com função social. Acontece que, lançámos um procedimento, que valia cerca de cento e quarenta e nove mil euros, e o concurso ficou vazio, tivemos que extinguir o procedimento por ausência de concorrentes. Extinguimos o procedimento e, naturalmente, em reunião de Câmara Municipal, concertámos e

chegámos à conclusão que tínhamos que corrigir preços e fazer subir o valor da requalificação das duas habitações.

Nós gostamos de fazer e gostamos de fazer bem e também gostamos de cumprir com os nossos compromissos e também estamos, há menos de meio ano, em exercício de funções. Não podemos fazer tudo no primeiro meio ano porque ficaríamos três anos e meio sem fazer nada e, entretanto, também somos cautelosos e cuidadosos.

Então, porque nos articulamos muito bem com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, quando foi lançada a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), inscrevemos este investimento. Ontem, houve reunião do Conselho Intermunicipal da CIM, e dizer que o PRR aprovou uma votação para a CIM de Coimbra no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário. Assim que vim da reunião da CIM fui ao Gabinete da Sra. Vereadora da Ação Social, que partilha o pelouro comigo, para preparar o processo e para lançarmos o procedimento, porque dá maturidade em termos de processo para tentarmos obter financiamento da intervenção no âmbito do BNAUT que é financiado pelo PRR. Ou seja, de forma cautelosa estamos a fazer tudo para obter financiamento para recuperar as duas habitações.

Relativamente ao ordenamento no cruzamento do Campo de Futebol dizer que existem duas soluções em estudo. Vamos analisar as duas soluções e vamos ter que implementar aquela que se ajuste melhor para dar segurança àquela via e evitar que haja acidentes. A Sra. Presidente da Junta não quer acidentes e nenhum de nós quer acidentes.

Portanto, temos que reforçar as condições de segurança daquela via e aquilo que temos de fazer é avaliar as duas soluções e implementá-las.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, relacionada com o Fundo Ambiental, dizer que vamos fazer a intervenção no Condomínio da Aldeia em Gramaça e vamos fazer uma segunda intervenção no Parceiro, em São Gião. Já conversámos com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Rafael Dias, e vamos fazer também uma sessão de esclarecimento para explicar à população o que é um Condomínio de Aldeia e como é que se vai desenvolver a intervenção. É um trabalho conjunto que envolverá o Gabinete Técnico Florestal, envolverá também os Bombeiros Voluntários e o Comandante Operacional Distrital que também se quis juntar nesta ação no território para sensibilizar e desenvolver operações de proteção das comunidades mais vulneráveis e, entenda-se, a

escolha do Parceiro e da Gramaça teve a ver com o Mapa de Risco de Incêndios, é uma seleção técnica que teve a ver com o número de ignições, com o número de vezes que os fogos ocorreram naquela zona, e o grau de perigosidade de acordo com o Mapa de Risco de Incêndios do Município de Oliveira do Hospital.

Dizer que temos ainda a possibilidade de vir a candidatar mais três Condomínios de Aldeia, no âmbito de um aviso de concurso do Fundo Ambiental. Estamos a avaliar para avançar com mais três candidaturas que temos a expectativa que venham a ser desenvolvidas.

Portanto, quero agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, por já termos avançado o trabalho, sensibilizando a população na aldeia da Gramaça, porque é importante envolver as comunidades e ganhá-las para este processo.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, dizer que é com muito gosto que o Município de Oliveira do Hospital colabora e apoia a iniciativa da Festa da Primavera. Resultou da reunião de trabalho que fizemos, como fizemos com todas as Juntas de Freguesia, com abertura, com transparência, como tem sido método e apanágio dos Executivos de que temos vindo a fazer parte nos últimos doze anos: Abertura, diálogo, cooperação.

Estamos, nesta fase, numa fase de transição para um novo modelo de relação. Antes, trabalhávamos com um modelo de descentralização de competências e, agora, terá que haver transferência de competências para as Juntas de Freguesia. O bolo financeiro deixará de entrar na Câmara Municipal, vão tirar-nos uma fatia ao Orçamento do Município e essa fatia irá diretamente para as Juntas de Freguesia, ou seja, menos do lado da Câmara Municipal e mais do lado das Juntas de Freguesia.

Acho bem, é uma dignificação da função e do papel que as Juntas de Freguesia têm enquanto poder local de proximidade. É um trabalho de cooperação e diálogo.

Dizer que vamos continuar com estas reuniões. Fizemos duas reuniões para a preparação do Orçamento Municipal e vamos continuar com estas reuniões fazendo o périplo por todas as Freguesias. Esperemos, em junho, ter encerrado este processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia e, a partir de dois mil e vinte e três, ter todas as Freguesias com verdadeira autonomia para executarem as competências. Essas competências, como tem sido explicado, têm sido aquilo que as Juntas de Freguesia

efetivamente realizam com a colaboração da Câmara Municipal. Portanto, também, aqui, nada de novo.

Gostei da designação do Projeto, e digo, isto, com amizade e muito respeito pelo João Abreu: Entre Pedras Nascem Rosas. Imaginem lá porquê?

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Inácio, dizer o seguinte: A implementação das AIGP vai avançar e vai haver, para a próxima semana, uma reunião com a Direção Geral do Território, relativa à questão do cadastro e para efeito de reforço financeiro e a necessidade de completar o cadastro da propriedade.

Neste momento temos sete AIGP no Concelho de Oliveira do Hospital, mais um Plano de Recuperação e Gestão da Paisagem do Alva ao Alvôco. Têm dotação financeira no PRR e precisam de projetos de execução e precisam de uma entidade gestora.

O que está, neste momento, em estudo é, como se vai gerir as AIGP. Ou é através de uma Organização de Produtores Florestais ou é através de uma Entidade de Gestão Florestal. É um processo que está a ser negociado no quadro da CIM, inspirado nas melhores práticas e nos melhores modelos para haver uma eficaz implementação dos meios previstos nas AIGP.

As AIGP visam rearborear, reflorestar e criar zonas mosaico para proteção e criar zonas agrícolas que também promovem o arrendamento financiado e também o emparcelamento. São operações de grande alcance e que irão muito para além daquilo que é o PRR e dos instrumentos financeiros do PRR.

A questão que se coloca é a seguinte: Depois do PRR como serão financiadas as AIGP? Já se fala em investimento do Banco de Fomento Público.

Portanto, estamos alinhados com aquilo que é a tendência. Obviamente, é preciso implementar. As intervenções serão protagonizadas pelos privados com organização de uma Entidade de Gestão Florestal ou de uma Organização de Produtores Florestais. Todos nós queremos que as ações se desenvolvam rapidamente. Obviamente que intervenções como as de Meruge, como a que vamos fazer no Parceiro, como vamos fazer na Gramaça, como as ações de intervenção nas zonas ribeirinhas de combate às invasoras e de regularização das margens, tudo financiado pelo Fundo Ambiental, são contributos para a recuperação da paisagem no Concelho de Oliveira do Hospital. Este será sempre um processo moroso e um processo onde a natureza será a nossa grande aliada.

Relativamente à questão da seca: Obviamente que já adotámos medidas para mitigação dos efeitos da seca. Este processo está a ser coordenado pelo Sr. Vice-Presidente, Nuno Filipe Oliveira.

A rega dos espaços verdes, especialmente os de grande dimensão, está a ser executada com a utilização de depósitos móveis nas viaturas da Câmara Municipal a partir de fontes de abastecimento da Câmara Municipal, nomeadamente poços da nossa propriedade. Tem havido um controle dos gastos de água.

Estamos a trabalhar, neste momento, com a ANCOSE para estudar uma forma de ajudar os produtores com a alimentação dos ovinos.

Todos nós desejaríamos que chovesse porque é um imperativo, por todos os riscos que o Sr. Deputado Rui Abrantes aqui colocou, e que têm a ver com os caudais de água dos rios e, naturalmente, a massa de combustível que está no território, os riscos de ignição e de propagação de fogos.

Esperamos e todos estamos a trabalhar, o Gabinete Técnico Florestal, a Comissão Municipal de Gestão Integrada dos Fogos Rurais, os Bombeiros, e, neste momento, sei que o dispositivo está a trabalhar de uma forma apertada, dadas as condições meteorológicas, para que não haja problemas de maior este verão e todos nós desejamos o mesmo. Desejamos que não haja problemas de maior.

Quanto ao controlo da qualidade da água, dizer o seguinte: O Município de Oliveira do Hospital faz o controlo da qualidade da água para consumo humano e para as zonas balneares. Em todas as Praias Fluviais o Município investe largos milhares de euros, por ano, para fazer o controlo das águas. Ou seja, não há Praias Fluviais sem controlo de água ao longo do ano. Por isso, é que há praias de bandeira de ouro e praias de bandeira azul, A qualidade da água é validada por laboratório e pela APA e é atribuído o correspondente galardão.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Deputado Francisco José Garcia, relativa aos parques infantis, dizer o seguinte: Já foi feito um levantamento sobre as intervenções a fazer nos parques infantis e a prioridade vai por renovar equipamentos e garantir a qualidade e a segurança dos espaços para as crianças. Estamos, neste momento, a preparar uma candidatura no âmbito também do PRR para rearboração dos espaços verdes e criação de ilhas sombra em meio urbano. Estamos a trabalhar para que a candidatura entre a tempo e temos a expectativa que ela seja aprovada.

Relativamente àquilo que designou pelos muros junto à antiga feira dizer que eles estão grafitados da forma que todos podem ver. A possibilidade de desenvolvermos ali uma operação de arte urbana é uma possibilidade a considerar. Aliás, é um tema que tem sido debatido mas o tempo ensinou-me que espaços urbanos e grafites coabitam há décadas. Obviamente que o facto de haver arte urbana em espaços como aquele não vai implicar que não venham a ser grafitados por cima, com riscos, ou com arabescos, mas é uma sugestão que se acolhe com sentido de responsabilidade.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo sobre a colocação de um médico na Extensão de Saúde, suponho que se dá por esclarecido.

Não me alongava mais, acho que não ficou nenhuma questão por responder, e concluo dizendo, e ninguém falou nessa questão: Há tempos houve um problema no espaço público da cidade com uma agressão entre estudantes. É uma situação que lamentamos mas que rapidamente nos reorganizámos, chamámos os vários parceiros, sob a égide da Sra. Vereadora da Educação, chamámos o Sr. Comandante do Posto Territorial de Oliveira do Hospital, o Sr. Presidente da EPTOLIVA, os responsáveis do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, a Sra. Presidente da ESTGOH, a CPCJ e fizemos uma reunião e produzimos um documento, que remetemos para o Comandante Distrital da GNR, a pedir reforço do policiamento e reforço do número de efetivos no Posto da GNR de Oliveira do Hospital.

Comunicar-nos esta manhã que o Posto Territorial de Oliveira do Hospital foi reforçado com mais três agentes para reforçar as ações de patrulhamento e acompanhamento das zonas escolares.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, creio que respondi a todas as questões e dou por concluída a minha intervenção.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Finalizámos o Período de Antes da Ordem do Dia e passaríamos para o Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr.

Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A informação foi remetida aos Srs. Deputados Municipais mas queria fazer sobressair que, neste momento, temos obras adjudicadas na ordem dos doze milhões de euros e que estamos a fazer uma gestão financeira com cumprimento dos rácios para a manutenção da exclusão do âmbito da aplicação da Lei dos Fundos, ou seja, cumprir com rigor para ficarmos libertos da Lei dos Compromissos.

Dizer que temos zero cêntimos de dívidas em empreitadas e estamos a dar sequência ao trabalho de rigor e de equilíbrio financeiro da Câmara Municipal. Muito cuidadosos na gestão da coisa pública, é esse o nosso princípio.

De seguida entrou-se no Ponto II - Anulação da deliberação da Assembleia Municipal Extraordinária de 3 de dezembro de 2021 relativa à designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, de dois cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar a seguinte informação e pedir desculpa à Assembleia Municipal porque foi feita uma votação que não deveria ter sido realizada. Foram designados para a composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital o Dr. Rui Paulo Martins Monteiro e a Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito. O Dr. Rui Paulo Martins Monteiro já fazia parte da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital e ainda não tinha acabado o seu mandato.

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, na sua recomendação n.º 2 de 2021, diz o seguinte: “I - *Na sequência da realização de eleições autárquicas, as CPCJ se abstenham de solicitar às autarquias pronúncia sobre a manutenção em funções de membros anteriormente designados cujos mandatos se mostrem em curso.*

II - *Em caso de coincidência das eleições autárquicas com o terminus da duração do mandato de membro anteriormente indicado ou designado por órgão autárquico, as CPCJ solicitem ao competente órgão da autarquia:*

a) Informação sobre a eventual continuação de tal representação, no âmbito de novo mandato, se esse membro não tiver ainda atingido a duração máxima de exercício de funções permitida por lei; ou

b) A designação de novo representante, se esse membro tiver atingido a duração máxima de exercício de funções permitida por lei.

III - Nas situações em que, na sequência de realização de eleições autárquicas, seja indicada ou designada nova pessoa sem que tenha decorrido o período de duração do mandato de membro anteriormente designado, a CPCJ comunique à autarquia a inviabilidade de atender a tal substituição, por falta de enquadramento legal habilitante.”

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que fizemos uma designação que não devíamos ter feito, nomeadamente a designação do Dr. Rui Monteiro, que ainda tem mais um ano de mandato e, por isso, eu me penitencio.

Proponho que seja anulada a deliberação e no Ponto III vamos apresentar uma nova lista para designar os dois cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Anulação da deliberação da Assembleia Municipal Extraordinária de 3 de dezembro de 2021 relativa à designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, de dois cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, de dois cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“O PSD propôs o mesmo nome para a composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital, a Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito.

Pedia, agora, ao Partido Socialista que indicasse o novo membro.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Referir que o Partido Socialista indica como elemento para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital o Dr. Daniel Luís Domingues e Dinis Costa.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“A lista é constituída pelo Dr. Daniel Luís Domingues e Dinis Costa e pela Sra. Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito.”

Efetuada a votação, foram eleitos por unanimidade, para fazerem parte da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital, os seguintes cidadãos eleitores: Dr. Daniel Luís Domingues e Dinis Costa; Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 24º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, da proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências em matéria de ação social até 1 de janeiro de 2023.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem, no âmbito da transferência de competências da Administração Central para os Municípios, há um processo de competências na área da educação, na área da saúde e na área da ação social.

O Município de Oliveira do Hospital sucessivamente rejeitou a aceitação do exercício destas competências mas chegámos ao limite da rejeição e, por imperativo legal, teríamos que as aceitar a partir do dia 1 de abril de 2022. Acontece que, relativamente à questão das competências no domínio da ação social, tendo sido detetadas algumas incongruências nos mapas financeiros relativos às verbas a transferir para os Municípios, houve contestação, houve uma posição conjunta da Associação Nacional de Municípios, e o Governo entendeu prorrogar o prazo para a aceitação das competências no domínio da

ação social para o ano de dois mil e vinte e três, para todos os Municípios que assim o entendessem.

Considerando que temos que preparar o pacote relativo à transferência de competências na área da educação, e este pesa, e pesa do ponto de vista dos recursos humanos, do parque escolar, da fatura energética, de todo o conjunto de serviços para acautelar o bom funcionamento das escolas.

Considerando que, está também, ainda, em análise a dotação financeira associada à transferência de competências na área da saúde, entendemos, prorrogar o prazo para a aceitação das competências, para janeiro de dois mil e vinte e três, para prepararmos da melhor forma e com o maior rigor e avaliação o exercício das competências na área da saúde e na área da educação.

Aproveitar para informar o Executivo que, na próxima semana, haverá uma nova reunião da Comissão para a transferência de competências na área da educação, para avaliar as condições financeiras para o exercício destas competências porque tudo aquilo que não for coberto por transferências da Administração Central vai ter que ser coberto pelo Orçamento Municipal. Ou seja, mais responsabilidades do lado da Câmara Municipal e menos dinheiro disponível no Orçamento. A questão da educação é um *dossier* pesadíssimo e de grande responsabilidade, até pela sua dimensão e pela sua importância, para a Câmara Municipal.

Relativamente à questão da saúde, informo a Assembleia Municipal do seguinte: Ontem, houve reunião da CIM e subscrevi a posição relativamente à não-aceitação do auto de transferência de responsabilidades, no âmbito da saúde. Foi uma decisão assumida por todos os Presidentes, é uma posição solidária, no sentido de que haja uma melhor avaliação do quadro financeiro que permita o real, capaz e eficaz exercício das competências na área da saúde. Ou seja, já que transferem as competências, que transfiram os correspondentes meios financeiros que estão associados ao exercício desta competência. Sub-orçamentar elevadas responsabilidades na área da saúde é, mais uma vez, estrangular a atividade e estrangular financeiramente os Municípios e, isto, é uma questão muito importante. Educação e saúde são dois pilares fundamentais da vida de uma comunidade com grande impacto no bem-estar das famílias e no equilíbrio de qualquer comunidade e, não podemos aceitar de ânimo leve uma responsabilidade, o exercício de uma competência, sem que haja o correspondente e correto valor para o exercício destas competências. Colocarem-nos um Ferrari nas mãos, quando só temos dinheiro para pagar

gasolina para um Míni, não é muito bom, e desculpem a comparação porque pode parecer grosseira, mas este é um tema de grande responsabilidade.

No Executivo da Câmara Municipal temos debatido estes temas e preocupa-nos imenso o impacto da transferência de competências, particularmente nos domínios da educação e da saúde, no Orçamento do Município e, daí, que tenhamos optado por ganhar algum tempo e derrogar para o ano de dois mil e vinte e três a aceitação das competências nos domínios da ação social.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, da proposta de prorrogação do prazo para aceitação da transferência de competências em matéria de ação social até 1 de janeiro de 2023, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao n.º 3, do artigo 17.º, do Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto V é referente à prorrogação do prazo por mais um ano. Neste momento foram aprovados vinte pedidos de apoio. Estão somente em reconstrução quatro casas e há dez pedidos de licenciamento que foram efetuados. Há a possibilidade de prorrogar por mais um ano o período de execução da recuperação das habitações desde que esse pedido de prorrogação seja acompanhado pelo licenciamento do respetivo projeto para a recuperação da casa.

Acho que é uma medida para dar oportunidade que as pessoas recuperem as segundas habitações e acho que é uma medida justa, no sentido de acautelar os interesses de quem quer recuperar as habitações.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Estou de acordo com a proposta de prorrogação do prazo.

Venho aqui questionar porque é que, havendo vinte projetos, só há quatro em execução?

Que tipos de dificuldades é que estão inerentes a esta baixa taxa de execução?

Também vinha colocar uma questão concreta, que se vive em Meruge com duas famílias, que são do conhecimento do Município, relacionadas com duas casas que arderam dentro da povoação. Não quero agora estar a tecer considerações sobre a forma como isto foi acompanhado, também não o vivi de início, mas, no concreto, o que eu queria questionar era o seguinte: Tanto quanto eu sei, não houve candidatura por dificuldades burocráticas e de não-concordância com o nível de financiamento, mas, neste momento, dizer que já falei com uma das famílias e pretendia saber se nesta prorrogação não cabe também a possibilidade de uma nova candidatura?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge dizer o seguinte: As dificuldades prendem-se essencialmente, por aquilo que os serviços me têm transmitido, porque o processo se atrasou. As pessoas estiveram a amadurecer a possibilidade de recuperarem, ou não, as segundas habitações. Depois, tiveram que encomendar projetos de arquitetura para a recuperação das casas. O Covid-19, e toda esta alteração das nossas vidas, também não vieram facilitar a execução dos respetivos projetos. Entretanto, as pessoas também repensaram os seus investimentos.

Agora, da parte do Município, era fácil cortar já com esta recuperação das segundas habitações, e quem fez, fez, mas não vamos fazer isso.

Acho que devemos prolongar e dar a oportunidade das pessoas recuperarem as habitações. É essa a postura.

Relativamente à reintegração, ou seja, a elegibilidade das segundas habitações que ficaram inicialmente excluídas nesta prorrogação, eu, como não tenho o regulamento na cabeça, não consigo responder, mas, se calhar, o mais correto era analisar o caso com exatidão e transmitir essa informação.

Relativamente a outras oportunidades, no âmbito deste novo modelo que vai surgindo no PRR, relativo às Bolsas Nacionais de Alojamento Urgente e Temporário e da recuperação das habitações em territórios de baixa densidade

para acolhimento de migrantes e disponibilizar habitação a preços controlados e a custos sociais, estão a surgir novas medidas.

Acho que, o que temos de fazer é um trabalho de avaliação e de acompanhamento do evoluir desses processos para verificar da elegibilidade da recuperação dessas casas, e isto faz-se com facilidade, articulando com a Sra. Vereadora da Ação Social ou com o Gabinete de Apoio às Freguesias, no sentido de encontrarmos soluções. Se houver soluções em programas e, se as intervenções forem elegíveis, ou seja, num quadro de absoluta legalidade, estaremos cá para resolver. Obviamente, é esse o nosso compromisso e o nosso empenho.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao n.º 3, do artigo 17.º, do Regulamento para Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Mais uma vez, quero dizer que, esta, é uma medida que significa respeito pelas Freguesias. O adiantamento desses dez mil euros, creio que é importante para autarquias que estão no início de mandato e que estão a perspetivar obras e a perspetivar investimentos. Ter a garantia que temos dez mil euros é extremamente importante mas, eu queria dizer, e já o transmiti ao Sr. Presidente nas reuniões que tivemos para os acordos, que vou defender “com unhas e dentes” que haja alguma alteração neste método de atribuição dos dinheiros para as Freguesias e, não é pelo facto de Meruge ser a Freguesia que recebe menos com este método é pela contradição. Sendo Meruge a Freguesia que recebe menos, não é a Freguesia que menos faz, do ponto de vista da assunção de responsabilidades e daquilo que está protocolado para a descentralização, creio que até é pelo contrário! Basta o facto de termos a Junta de Freguesia

aberta todos os dias, durante todo o dia. Isto é significativo e, é um apoio extraordinário para a população e, é evidente que isto tem custos, como é óbvio. Verifico que há pessoas, até de outras Freguesias e, até de outro Concelho, que vão à Junta de Freguesia de Meruge para tratar de assuntos relacionados com as queimadas.

Somos os que recebemos menos mas, não somos, os que fazemos menos, e já transmiti, isto, ao Sr. Presidente. Há um exemplo concreto: Uma atribuição que não é da competência das Freguesias é a manutenção dos caminhos florestais. A manutenção dos caminhos florestais não está nesse pacote da descentralização. No entanto, os caminhos florestais são um elemento estruturante na defesa da floresta contra incêndios, no acesso das pessoas às suas propriedades, e, portanto, no incremento à economia e, também, na valorização de todo o espaço da Freguesia.

Quando tomámos posse, e quando fizemos as primeiras Assembleias de Freguesia, várias pessoas vieram reclamar e dizer que os caminhos estavam uma desgraça, e não há de ser só em Meruge, e decidimos pedir à Câmara Municipal o apoio de máquinas para proceder ao arranjo dos caminhos. Por dificuldades que nos foram explicadas, e que aceitamos, não foi possível que as máquinas tivessem ido à Freguesia e, por isso, em manilhas, em pessoal e em máquinas, nós gastámos mais de doze mil euros, até este momento. É evidente que, se forem à Freguesia de Meruge, os caminhos florestais estão todos repostos, pode haver um, ou outro, nas cumeeiras, que não.

O Sr. Presidente disse-me que eu tinha dez mil euros para poder realizar a Feira da Primavera mas esses dez mil euros não podem ser panaceia para todas as despesas. Era necessário repensar também essas coisas.

Há um conjunto de atribuições que já temos, e outras que nos vão ser delegadas, que só podem ser executadas tendo trabalhadores ao nosso serviço. Ora, quando não temos pessoal, temos que o contratar mas, uma das coisas que eu defendi junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, e que vou defender aqui, era o seguinte: A Câmara Municipal, neste pacote, devia incluir o pagamento de um trabalhador por cada Freguesia para podermos limpar as valetas e limpar os jardins. Quem já tem trabalhadores recebe o dinheiro e quem não tem trabalhadores fica com a possibilidade de ter um trabalhador para executar essas tarefas. Creio que era uma medida equitativa e de grande importância para o exercício das tarefas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Congratulo o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo por estas verbas continuarem a ser atribuídas às Juntas de Freguesia, à semelhança do que tinha vindo a ser a prática comum no exercício dos mandatos anteriores.

Sabemos do esforço que a Câmara Municipal tem feito para atribuir estas verbas às Juntas de Freguesia. Este esforço da Câmara Municipal tem contribuído muito para o desenvolvimento e para a execução das obras que nós nos propomos como também para a aquisição de equipamento de trabalho.

Acolhemos com agrado esta verba porque queremos adquirir um veículo para trabalhar nas bermas entre as localidades da Freguesia de Nogueira do Cravo. A Freguesia tem oito localidades e dois mil cento e sessenta e oito habitantes. Todas as empresas e todos os impostos que saem desta Freguesia contribuem também para o desenvolvimento económico do Concelho e, dentro deste esforço, se vierem mais verbas, é muito bom.

Vou votar favoravelmente.

Muito obrigado por, mais uma vez, investirem nas Freguesias e nos darem autonomia.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero dizer ao Sr. Presidente da Junta de Meruge o seguinte: A génese deste subsídio de dez mil euros, igual para todas as Freguesias, teve muito a ver com a seguinte situação: A Câmara Municipal apoiava com os seus trabalhadores algumas iniciativas das Juntas de Freguesia e a intenção era tirar esses trabalhadores porque se dispersavam no trabalho de apoio às Freguesias a prepararem os eventos culturais mas, as Juntas de Freguesia ficaram com este dinheiro e, a maior parte das Juntas de Freguesia, continuaram a pedir ajuda à Câmara Municipal. Até se passou a fazer outra coisa diferente, a Câmara Municipal continuou a apoiar com subsídios extraordinários os eventos que considerávamos relevantes, porque os eventos não são todos iguais e não têm todos a mesma dimensão.

Depois, há outra coisa interessante que se fez pela primeira vez no meu Executivo: Os critérios para atribuição dos subsídios foram discutidos pelos Srs. Presidentes de Junta. Foram dadas três fórmulas, e foram os Srs. Presidentes de

Junta que escolheram de forma altamente democrática os critérios para atribuição dos subsídios, e, digo-vos, alguns Presidentes de Junta votaram na fórmula que mais os prejudicava e quando deram conta queriam voltar atrás mas já não dava.

O Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Meruge falou nos caminhos florestais, que são uma coisa muito sensível para as populações, sem dúvida nenhuma! A Câmara Municipal não tinha capacidade, no meu tempo, e não tem agora, para responder a todos os caminhos que foram destruídos por causa dos incêndios e que estão muito abandonados. Esta é, hoje, uma das grandes reivindicações que ouço das populações.

Queria dar-vos estas informações que têm a ver com o passado mas, o passado já não interessa nada, interessa mais o presente e o futuro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Ninguém sabe para onde vai, se não souber de onde vem.

Relativamente a este Ponto VI dizer o seguinte: Estamos, hoje, a transferir para as Juntas de Freguesia, cento e sessenta mil euros, diretamente do Orçamento Municipal, para investimentos de natureza diversa. Queremos com isto dizer que acreditamos nos Srs. Presidentes de Junta e na sua capacidade de gestão. Abdicamos de uma fatia do Orçamento Municipal e transferimos cento e sessenta mil euros, que confiamos aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, para aplicarem nos investimentos que acharem prioritários e ajustados às necessidades das suas Freguesias. Chama-se a isto trabalho de parceria e trabalho de cooperação e é a forma deste Executivo se relacionar com os Presidentes de Junta de Freguesia.

Quando dissemos que um dos parceiros do Município para o desenvolvimento do Concelho eram as Juntas de Freguesia, não dissemos isso de ânimo leve, nem para arranjar uma parangona, é porque acreditamos efetivamente no princípio da descentralização de competências e da respetiva afetação de meios financeiros.

No final deste ano, vamos transferir setecentos mil euros para as Juntas de Freguesia, possivelmente até vamos passar este valor, porque acreditamos no princípio da descentralização de competências e meios financeiros. Mas, reparem, estes setecentos mil euros, que este ano estão alocados ao Orçamento Municipal, vão desaparecer, no próximo ano, do Orçamento Municipal e vão cair diretamente nas Juntas de Freguesia. Ou seja, nós vamos ter menos

setecentos mil euros e os Srs. Presidentes de Junta vão ter esses setecentos mil euros a mais no vosso Orçamento. Esta é a realidade e, a esta realidade, eu não posso fugir.

Temos ambição, temos visão, sabemos o que queremos mas, tenho dito várias vezes: Temos os dois pés bem assentes no chão. Sabemos que temos de fazer escolhas e nunca queremos abdicar do princípio de boa relação e cooperação com confiança com as Juntas de Freguesia. Por isso, é que temos o Gabinete de Apoio às Freguesias, por isso, é que temos um pelouro dedicado às Freguesias, por isso, é que reforçámos os meios de apoio para o desenvolvimento do trabalho dos Srs. Presidentes de Junta e dos Executivos das Freguesias e, por isso, é que defendemos o reforço de meios para as Juntas de Freguesia, haja condição financeira para tal e essa verba crescerá.

Transferimos, nesta fase, cento e sessenta mil euros, mas, atenção, há, ainda, a verba que vamos transferir, e que estamos a negociar convosco, relativa às despesas de capital e, os Srs. Presidentes de Junta e os seus Executivos, identificarão as obras a afetar às despesas de capital, e, naturalmente, haverá também a verba respeitante às despesas correntes.

Portanto, serão setecentos mil euros de investimento desta relação produtiva e de parceria com as Juntas de Freguesia.

Relativamente à intervenção na rede de caminhos rurais e florestais, dizer o seguinte: Concordo em absoluto com aquilo que aqui foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu. De facto é importante fazer a monitorização da rede de caminhos rurais para o acesso às propriedades e da rede de caminhos florestais que dão acesso às áreas florestais e também funcionam como canais para combate a incêndios. Também devo aqui realçar, pela positiva, essa intervenção, de ter investido doze mil euros da Junta de Freguesia de Meruge para manter os caminhos rurais e florestais. Foi uma prioridade que assumiu e acho que foi uma boa opção política. Congratulo e felicito-o por essa opção.

Dizer também que, relativamente aos meios mecânicos da Câmara Municipal, no último trimestre do ano de dois mil e vinte e um, eles estiveram na zona de Alvôco das Várzeas, São Gião e Penalva de Alva. Ainda, recentemente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Rafael Dias, e o Sr. Secretário, Pedro Coimbra, reconheceram o bom trabalho feito pela equipa do Gabinete Técnico Florestal, ao nível da manutenção dos caminhos florestais, na Freguesia de São Gião, e não quer dizer que não queira mais, até porque o

Presidente da Junta é jovem e tem ambição de mais e melhor para a sua Freguesia.

No último trimestre houve uma intervenção em Alvôco das Várzeas, São Gião e Penalva de Alva. São zonas que foram fortemente afetadas pelos incêndios.

Agora, no âmbito da programação da intervenção das máquinas, como dizia, há dias, o Eng.º José Carlos Marques, estamos a levar isto a eito: Está a vir do Seixo da Beira para Vila Franca da Beira e para o Ervedal e, podemos dizer que, por alturas do mês de março, chegará à zona de Lagares da Beira e Meruge.

Agora, a questão de fundo é a seguinte: O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, ainda tem caminhos para limpar ou já limpou tudo?

Isto quer dizer que há aqui um trabalho programado e planeado pelo Gabinete Técnico Florestal, dialogado com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e, a nossa intenção é evitar mobilizar as máquinas de um lado para o outro e, não quer dizer que não possa acontecer por razões urgentes.

A metodologia proposta pelo Eng.º José Carlos Marques foi de levar a intervenção a eito e parece-nos que é o método mais equilibrado e o mais justo.

Concluo dizendo que, à transferência destes cento e sessenta mil euros se seguirão as outras transferências, na expectativa de que vamos ter muitas oportunidades para avaliar outros investimentos e que, de acordo com as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, iremos executar aquilo que é prioritário para o bem-estar e para a segurança das pessoas e para a qualidade de vida das nossas populações.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio global de 160.000,00 € (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Gostava de reunir, esta semana, com os representantes dos partidos com representação nesta Assembleia Municipal, para fazermos o calendário das Sessões da Assembleia Municipal, em concordância com o Presidente da Câmara Municipal, e também gostava de alterar o Regimento da Assembleia Municipal.

Depois, entrarei em contacto convosco para agendarmos o dia e a hora.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezassete horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segunda Secretária) _____